

A Dinâmica da Expansão do Setor Sucroalcooleiro no estado de Goiás e as Contribuições Socioeconômica no Município de Goianésia

The Dynamics of the Sugarcane Industry in the state of Goiás and the Socio-economic Contributions in the municipality of Goianésia

Marly Alves dos Reis¹
Alcido Elenor Wander

¹Faculdade Evangélica de Goianésia - paivaindia00@hotmail.com

Resumo

A cana de açúcar por uma série de razões torna-se a única fonte de etanol, com a criação do Proálcool na década de 1970 o governo lança inúmeros incentivos para financiar novos projetos, envolvendo vários ministérios, dentre outras comissões. Mesmo período em que ocorria o processo de Expansão da Fronteira Agrícola no estado de Goiás, subsidiado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) para incentivar a expansão da tecnologia agrícola no Cerrado, principalmente da cultura da soja (Oliveira, 1997; Miziara, 2005; Silva e Miziara, 2011). No ano de 2006, o mesmo processo de expansão se verifica quando o governo lança o Plano Nacional de Agroenergia (PNA) no sentido de estimular a produção de energias renováveis, com destaque para a produção do etanol da cana-de-açúcar (Embrapa, 2006). Desde então a área plantada aumenta progressivamente, e segundo os últimos dados, em seis anos o aumento foi de 250%, propiciando uma equivalência de 200.048 para 697.541 hectares entre 2005 e 2011 (IBGE, 2012). Na mesorregião Sul Goiano se concentra 72% desse total (IBGE, 2012) bem como, 31 das 45 usinas de cana-de-açúcar do estado de Goiás (CONAB, 2012 e UDOP, 2012). Diante disso, fica evidente a necessidade de investigar a dinâmica da expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás e, aferir as contribuições socioeconômicas dos municípios, cuja expansão se apresenta expressiva no município de Goianésia, constituindo-se o objetivo desse trabalho.

Palavras-chave: Expansão Sucroalcooleira, Expansão da Fronteira Agrícola, Impactos Socioeconômicos.

Abstract

The sugar cane for a number of reasons becomes the only source of ethanol, with the creation of Proálcool in the 1970s the government launches numerous incentives to finance new projects, involving various ministries, among other committees. Same period occurred the process of expanding the agricultural frontier in the state of Goiás subsidized by the National Development Plan (PND) to encourage the expansion of agricultural technology in the Cerrado, especially of soybean (Oliveira, 1997; Miziara, 2005; Silva and Miziara, 2011). In 2006, the same expansion process occurs when the government launched the National Agro-Energy Plan (NAP) to stimulate the production of renewable energy, especially for the production of ethanol from cane sugar (Embrapa, 2006). Since then planted area increases progressively, and according to the latest data in six years the increase was 250 %, equivalent of 200,048 to 697,541 hectares between 2005 and 2011 (IBGE, 2012). In mesoregion South Goiás concentrates 72 % of this total (IBGE, 2012) as well as 31 of the 45 plants of cane sugar in the state of Goiás (CONAB, 2012 and UDOP, 2012). Thus, it is evident the need to investigate the dynamics of expansion of cane sugar in the state of Goiás and assess the socioeconomic contributions of municipalities whose expansion presents significant as the municipality of Goianésia, constituting the objective of this work.

Key-words: Sugarcane Expansion, Expansion of Agricultural Frontier, Socioeconomic Impacts.

Introdução

Considerando o filão temático do processo de expansão da cana de açúcar na Região Centro Oeste, e frente aos numerosos estudos que têm se debruçado no sentido de evidenciar as contribuições sociais, econômicas

e ambientais decorrentes, no estado de Goiás, esse também busca alinhar a questão da expansão sucroalcooleira e sua influência para contribuição socioeconômica ao município de Goianésia.

A atenção foi desencadeada pelo rápido processo de expansão sucroalcooleira, e, pelo fato de que 97% de sua área ser constituída pelo Bioma Cerrado. Tornando desse modo, relevante aferir se esta expansão tem provocado alguma ameaça ambiental. Fato este será analisado com base em vários estudos.

No estado de Goiás da década de 1970 ocorria a denominada “Expansão da Fronteira Agrícola”, subsidiada pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), cuja base estava assentada no incentivo a expansão da tecnologia agrícola no Cerrado, especialmente, voltada para a cultura da soja (Oliveira, 1997; Miziara, 2005; Silva e Miziara, 2011).

Entretanto, a partir do ano de 2006, ficou evidente o avanço do plantio de cana em áreas antes ocupada por outras culturas. Ano, cujo qual também evidencia o lançamento do Plano Nacional de Agroenergia (PNA) pelo governo brasileiro visando motivar a produção de energias renováveis, com destaque para a produção do etanol advindo da cana-de-açúcar (Embrapa, 2006) que se torna por várias razões a única fonte. Em resposta ao Plano, o governo do estado de Goiás disponibiliza incentivos financeiros para os produtores de cana-de-açúcar, fato que em muito contribuiu para o aumento da área plantada, uma vez que, antecipadamente, já se sabia das características favoráveis para esse cultivo, ocasionando

intensa expansão da cultura (Silva e Miziara, 2011).

A área plantada em Goiás com cana-de-açúcar aumentou de 200.048 para 697.541 hectares entre 2005 e 2011 (IBGE, 2012), ou seja, em apenas seis anos a área plantada aumentou aproximadamente 250%. Na mesorregião Sul Goiano se concentra 72% do total da área plantada com cana (IBGE, 2012) e 31 das 45 usinas de cana-de-açúcar do estado de Goiás (CONAB, 2012 e UDOP, 2012).

Fica evidente a necessidade de investigar a dinâmica da expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás e partindo de análises desse cenário, ou seja, do aumento da demanda de etanol a base de cana-de-açúcar, considerando as influências dos condicionantes envolvidos nesse estudo, embora perpassem outros, visa evidenciar as contribuições socioeconômicas decorrentes do setor sucroalcooleiro no município de Goianésia.

Antes, porém, é necessário auscultar informações que melhor elucidem o processo, possibilitando maior compreensão e contextualização da realidade que se revela diante deste estudo.

A cultura da cana-de-açúcar, desde o passado se constitui economicamente uma das mais importantes atividades brasileiras, contudo, nas últimas décadas especificamente, a partir do ano de 2003, expressivo aumento tem sido observado em várias regiões do Brasil. A explicação para a notável expansão está

assentada no discurso da necessidade de desenvolvimento de novas tecnologias capazes de produzirem combustível não poluente, diante da necessidade de reduzir a emissão desses gases, como o monóxido de carbono (um dos gases causadores do efeito estufa) de modo atendendo às exigências do Protocolo de Kyoto. E o Brasil já possui tecnologia para a produção de veículos bicomustível ou “*flex fue*”, movidos a etanol considerado energia limpa.

Com o aumento da demanda pelos produtos da indústria canavieira no cenário mundial, e sabendo que o Brasil é líder absoluto na produção de cana-de-açúcar, inúmeros estudos têm considerado que a expansão do setor sucroalcooleiro está ocorrendo em áreas antes ocupadas pela pecuária e também por outras culturas. O que provocaria dentre outros, um desequilíbrio na segurança alimentar.

Considera-se que em Goiás esse crescimento é responsável, e de maneira rápida e acentuada, pelo significativo aumento de usinas, com deslocamento da expansão para pólos produtores onde o cultivo canavieiro configurava uma atividade de menor importância. A explicação para essa reespecialização é a data marcada para 2020 para o fim da queima da palha da cana em todo o território nacional. Tornando imperativo o deslocamento para áreas, cujo relevo permita a mecanização; e a outra, tida como irrelevante

os subsídios e fomentos concedidos pelos governos estaduais como atrativo às agroindústrias canavieiras.

Miziara (2009) argumenta que a reespecialização, há que se considerar o próprio esgotamento da possibilidade de expansão nas áreas tradicionais, como, por exemplo, o estado de São Paulo. Nesse sentido o pressuposto é que os agentes econômicos busquem áreas onde a terra apresenta-se relativamente mais barata.

O Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUZIR, um dos programas de benefício fiscal, já concedeu mais de R\$ 37,4 bilhões de incentivos para as usinas que estão investindo no Estado, em troca da garantia de pouco mais de R\$ 11 bilhões de investimentos e da criação de 59 mil novos postos de trabalho, o que resulta numa média de R\$ 643 mil de incentivos por cada posto de trabalho criado (BITTENCOURT, 2007).

Contudo, as preocupações são referentes ao avanço sobre o Cerrado e os impactos negativos que advêm no meio social, ambiental, e na estrutura agrária. Obvio e provavelmente que, a expansão da produção sucroalcooleira trará impactos positivos sobre a economia. Resta saber, se há interesse estatal em minimizar/conter os aspectos prejudiciais que decorrem da prática disseminada da queima da palha à época da colheita; a demanda por novas áreas; “a expansão das plantações de cana-de-açúcar sobre áreas

ocupadas por outras culturas, ou mesmo sobre áreas ainda intactas, que certamente terão reflexos sobre a estrutura agrária e social do Estado” (RIBEIRO *et. al.*, 2008, p. 2).

Fonseca e Braga (2008) acrescentam que a dinâmica do uso do solo, da vegetação, da utilização intensiva de agrotóxicos e de diversos tipos de insumos agrícolas, a contaminação dos corpos d’água; a concentração de renda e de terras pelos monopólios nacionais e transnacionais, e a precarização das condições humanas de trabalho; dentre outras inúmeras variáveis, oriundas da atividade sucroalcooleira, serão responsáveis por muitos desses impactos negativos.

Diante do exposto, julga-se relevante alinhar opiniões e também perscrutar o momento atual da expansão do setor sucroalcooleiro em Goiás, dadas às intrínsecas relações que o perpassam, aferindo a concessão de benefícios fiscais e financeiros concedidos pelo governo estadual, e se há consonância desses projetos com o

desenvolvimento, visando evidenciar quais as contribuições socioeconômicas para o município de interesse do estudo - Goianésia.

1. Expansão da Cana-de-açúcar em Goiás

Nos últimos anos a área de cultivo da cana-de-açúcar aumentou de maneira expressiva, embora, sempre presente, não tão acentuada e/ou predominante em alguns municípios como atualmente se evidencia. O que tem caracterizado-a como uma forma de monocultura. A preocupação de alguns estudiosos é devido ao aumento do consumo do etanol, e da necessidade do aumento da produção no atendimento ao mercado interno e o suprimento das exportações, o processo de incorporação de novas áreas continue avançando no cerrado goiano.

Segundo dados da Conab (2011), entre os anos de 2004 a 2011 a área ocupada com cana foi de aproximadamente 335% (421,9 mil hectares), como pode ser evidenciado na Figura 1.

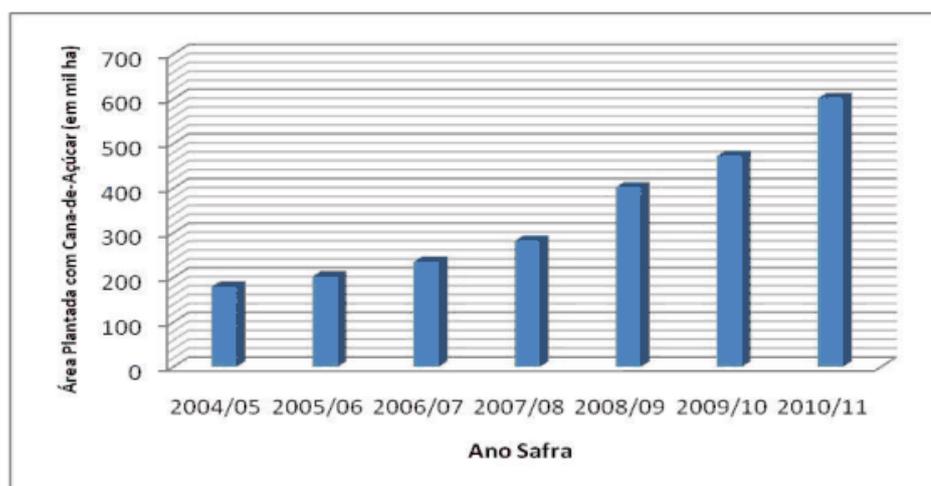


Figura 1 – Crescimento da área plantada com cana-de-açúcar no Estado de Goiás

Fonte: Conab - Acompanhamento da safra brasileira Cana-de-açúcar: Safras 2005/06; 2006/07; 2007/08;

De acordo com o mesmo órgão a área plantada, a produtividade e a produção no estado de Goiás nos anos 2004/05, 2005/06; 2006/07; 2007/08; 2008/09; 2009/10, 2010/11 apresentam as seguintes percentagens demonstradas pela Tabela 1.

Tabela 1 – Cana-de-açúcar: área plantada, produtividade e produção no Estado de Goiás

Ano Agrícola	Área (Em mil ha)	Δ %	Produtividade (Em kg/ha)	Δ %	Produção (Em mil t)	Δ %
2004/2005	179,3	13,0	78.744	(2,5)	14.121,2	15,0
2005/2006	202,5	16,0	76.795	3,8	15.547,9	20,4
2006/2007	234,9	20,0	79.725	3,0	18.723,4	23,6
2007/2008	281,9	42,4	82.100	(10,1)	23.137,4	28,1
2008/2009	401,8	17,4	73.781	15,2	29.645,2	35,2
2009/2010	471,9	27,4	84.960	2,6	40.092,5	30,7
2010/2011	601,2*		87.188*		52.417,4*	

Fonte: Conab - Acompanhamento da safra brasileira Cana-de-açúcar: Safras 2005/06; 2006/07; 2007/08; 2009/10; 2010/11.

* Estimativa para o referido ano safral.

É possível constatar por meio da área estimada de cana colhida destinada à atividade sucroalcooleira na safra de 2011, o que corresponde a 7,4% da área total estimada para todo o Brasil que era de 8.091,5 mil hectares (CONAB, 2010). Nesse ponto, faz-se necessário uma breve contextualização acerca do papel do

Tabela 1 que houve um aumento médio de 22,7% ao ano na área plantada na safra 2004/05 para a safra 2010/11, correspondendo uma produção média de 25,5% superior em cada ano safral. Produção essa que o elevou a quarto lugar no país, com 601,2 mil hectares de

estado e dos incentivos concedidos. A década de 1980 experimenta o início de muitas transformações no âmbito das ações estatais e que foram sedimentadas no decorrer dos anos de 1990, que por razões políticas, ideológicas e fundamentalmente, econômicas, serviram para delinear a política de desenvolvimento territorial praticado no Brasil, dentre as quais, destaca-se a inserção do Brasil no processo de globalização.

De acordo com Gonçalves Neto (2000, p. 228), “tanto a mudança política do regime,

Conforme Leite (2004, p. 49-50),

[...] com o esgotamento da política regional conduzida pelo Governo Federal e a descentralização promovida pela Constituição de 1988, os Governos Estaduais, e em menor medida os municipais, passam a desempenhar um novo papel no processo de desenvolvimento regional. De maneira geral, os Governos Estaduais passam a jogar um importante papel na indução de investimentos produtivos. As políticas estaduais (ativas) de atração e captação de investimentos, especialmente industriais, possuem em comum a utilização dos “incentivos/renúncias” fiscais como instrumento principal – daí a generalização da expressão “Guerra Fiscal”.

Embora, tenha ocorrido redução da magnitude das políticas governamentais, o processo de crescimento econômico e produtivo, ao qual o estado de Goiás manteve-se dinâmico, ainda que tímido, assentado no investimento público. “De fato, Goiás continuou crescendo sob a égide da intervenção estatal. O que mudou foi o mecanismo adotado de se intervir, visto que

com a Nova República por transição, como o aprofundamento da crise econômica, agravada por diversos planos mal sucedidos, que empurraram o País para o redil do neoliberalismo”. Período em que teve início a abertura externa da economia e o crescimento dos fluxos internacionais de investimento, a ampliação da descentralização política e administrativa fomentada pela Constituição Federal de 1988, e, principalmente a retração e/ou fim das políticas de desenvolvimento regional praticadas pelo Governo Federal. esses programas foram, paulatinamente, sendo substituídos por outras políticas” (SILVA, 2002, p. 62).

Dentre esses “políticas” se destacou a instituição em 1984 da Lei 9.489/84 do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás – FOMENTAR, que visava “incrementar e implantar mecanismos de expansão e atração de novos investimentos, preferencialmente agroindustriais, que tivessem o mérito de contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado” (SILVA e MIZIARA, 2010).

E em 1989 o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) – um mecanismo de incentivo ao desenvolvimento econômico e social. Acrescenta Silva (2002),

[...] através do FCO, desenvolvem-se Programas de Desenvolvimento Rural, Industrial, de Infra estrutura econômica, de Turismo Regional, de Apoio à Política de Reforma Agrária (PAPRA) e de preservação ambiental,

ficando para os primeiros, historicamente, a absorção da maior parte dos recursos. Sendo que, para a Região Centro-Oeste, até 25% dos recursos podem ser destinados a projetos de infra-estrutura econômica (armazenagem, energia e transporte) nas áreas de fronteira agrícola (SILVA, 2002, p. 75).

Justaposto à criação do FCO, seguiu-se a emergência de dois importantes elementos no desenvolvimento da região Centro-Oeste. O primeiro, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) cujo significado se baseava,

– uma política de suporte a preço – que assumiu a tarefa de sustentação do setor agropecuário. Em meados da década de 1980, os critérios que estabeleciam os preços mínimos fizeram com que eles se aproximassem do preço de mercado e ampliaram de forma considerável as operações de Aquisição do Governo Federal (AGF), principalmente nos estados do Centro-Oeste, em função da equalização dos preços mínimos em nível nacional e pela possibilidade de vender diretamente ao Governo sem ter que arcar com os custos de transporte. A elevação dos juros dos Empréstimos do Governo Federal (EGF) influenciou sobremaneira as operações de AGF, que tornou quase proibitiva a atividade de estocagem privada.

Em segundo lugar, observa-se a presença do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, visando apoiar empreendimentos que contribuíssem para o desenvolvimento do país.

A partir de 1990, os recursos federais oriundos do BNDES têm sido responsáveis por, aproximadamente, metade do total do montante destinado pela União aos investimentos privados do Centro-Oeste (SILVA, 2002).

No Brasil a principal fonte de empréstimos de longo prazo é realizado por meio do BNDES, de acordo com Milanez *et. al.* (2008),

O BNDES, tem apresentado papel relevante no processo de financiamento para projetos sucroalcooleiros. A avaliação de projetos destinados à implantação ou à ampliação de unidades produtoras de açúcar e etanol com solicitações de financiamentos superiores a R\$ 10 milhões é realizada pelo Departamento de Biocombustíveis (DEBIO), visto que os projetos relativos à implantação agrícola e/ou industriais representam mais de 70% do total da carteira, o que corresponde em valores a R\$ 16,2 bilhões. Além do que, as regiões sul e sudoeste de Goiás, sul do Mato Grosso do Sul e oeste de Minas Gerais são as áreas eleitas para sediar os projetos de maior investimento – acima de R\$ 400 milhões.

Com a criação do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) no ano de 2000 enquanto sendo um instrumento de execução da política industrial do Estado de Goiás, acrescido do Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais – FUNPRODUZIR, que substituiu o FOMENTAR. Constituíram-se mecanismos que juntos objetivavam contribuir à expansão, modernização e diversificação do setor industrial, e como retorno desses investimentos, advindos da renovação tecnológica das estruturas produtivas e do aumento da competitividade estadual, haveria por sua vez geração de emprego; renda e fundamentalmente, contribuição para a redução das desigualdades sociais e regionais, via concessão de benefícios fiscais. De acordo com Silva (2002),

[...] uma das principais diferenças do PRODUIR em relação ao FOMENTAR consiste na alegação de que este não se configurava como isenção fiscal. No PRODUIR, o beneficiário quitava junto ao Erário Público todo seu débito (mensal) de ICMS. O Estado, depois de ter recebido (não havendo, portanto, renúncia fiscal), “devolveria” à empresa, em forma de financiamento, valor equivalente a até 73% do imposto gerado no período, driblando, assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Este financiamento, com juros de 2,4% a.a., capitalizados mensalmente, não teria correção monetária. Outra distinção importante é o prazo de fruição, que será de no máximo 15 anos, com data prevista para encerramento em 2020 (p. 140).

Dados aos aspectos das vantagens oferecidas ao setor sucroalcooleiro para se instalarem em Goiás, como o baixo preço da terra para arrendamento, em comparação com as regiões Sul e Sudeste; topografia plana, que

facilitava a mecanização para o plantio e para a colheita, que por sua vez diminui gastos com a produção e elimina a queima da palha no período da colheita, tornam-se os atrativos para os novos investidores.

De acordo com Carrijo (2008) e Miziara (2009) o panorama é de um novo processo de fronteira agrícola vez que as atividades agropecuárias não estão somente condicionadas pela fertilidade de solo, sobretudo, pela infraestrutura de alta produtividade com menor custo de produção. A Figura 2 evidencia o cenário do setor sucroenergético em Goiás.

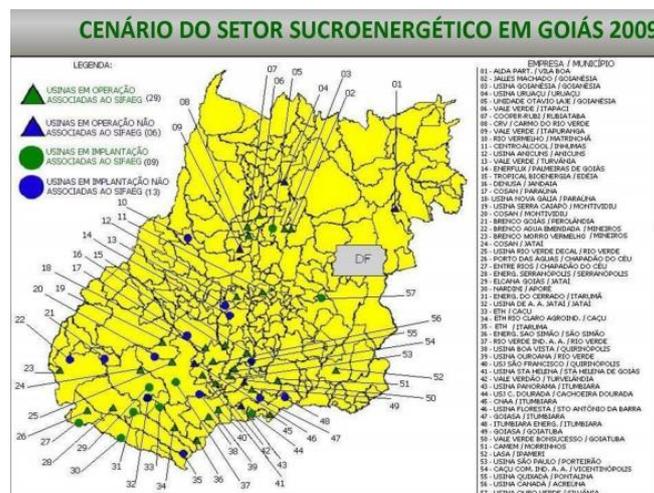


Figura 3 – Cenário do Setor Sucroenergético em Goiás, 2009
Fonte: Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG)/Gerência de Estudos Técnicos e Econômicos – Comissão de Cana-de-Açúcar e Bionergia, 2009.

Segundo informações da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – FAEGO, até dezembro de 2009, Goiás possuía 35 usinas em operação, produzindo açúcar, álcool e energia termelétrica e, 22 em fase de implantação.

Com um total de área plantada com cana-de-açúcar no ano de 2009/2010 de 471,9 ha, e um total estimado para o ano de 2010/2011 de 601,2 ha, o que correspondia a 27,4% de aumento comparado à safra anterior (CONAB, 2010), não há como negar a expansão,

tampouco, o retorno dos investimentos depositados.

De acordo com a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás – SIC, somente no ano de 2007, 130 novos empreendimentos foram habilitados a receber incentivos fiscais, projetos avaliados em R\$ 7,2 bilhões e a estimativa era de 32 mil empregos diretos e mais de 90 mil indiretos (BAHIA, 2008; CARRIJO, 2008). Portanto, os dados tanto confirmam o expressivo avanço, quanto do apoio estatal para garantir às condições de produção.

E buscando depreender as potencialidades advindas da expansão do setor sucroalcooleiro, passar-se-á a evidenciar as contribuições socioeconômicas no município de Goianésia.

Para tanto foram utilizados dados coletados pela Produção Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), MAPA, SEPLAN, Canasat, dentre outras fontes legitimadas, buscando compreender o processo de expansão do setor sucroalcooleiro, iniciando por contextualizar o período do ano de 2006 - ano em que o governo brasileiro lançou o Plano Nacional de Agroenergia e o estado de Goiás ofereceu incentivos para o plantio da cana-de-açúcar, e, no ano de 2011 quando várias usinas já estavam estabelecidas e o estado de Goiás se firmou como o terceiro

maior estado produtor de cana do Brasil, perdendo apenas para São Paulo e Minas Gerais.

2. O Município de Goianésia e a Expansão Sucroalcooleira

Em estudo realizado por Rodrigues (2009) foi constatado que em Goiás, até o ano de 2008, haviam 74 usinas em operação e/ou em implantação e, 36 em análise ou cadastro. Período em que estava previsto 740 mil ha de área plantada com cana-de-açúcar até 2010, ou seja, um aumento aproximado de 285%.

De acordo com os dados o eixo de concentração das usinas ocorreu em duas regiões: 74 unidades na Mesorregião Sul, especialmente, nas Microrregiões do Meia Ponte, Sudoeste Goiano e Vale do Rio dos Bois e; 21 usinas na Mesorregião do Centro Goiano, especificamente, na Microrregião de Ceres, em que Goianésia representa o município com o maior número de usinas, demonstrado pela Tabela 2. Alguns estudos, dentre os quais Ferreira (2010) argumenta que as usinas dinamizam sócio-economicamente a região, uma vez que movimenta a economia, traz novos empregos diretos e indiretos, trazendo novas relações entre o empreendimento e os moradores, os comerciantes/prestadores de serviço e produtores rurais.

Tabela 2 – Histórico dos Empreendimentos Sucrialcooleiros – Goianésia (GO).

Empreendimento de Goianésia	Implantação em	Situação
Sociedade Açucareira Monteiro de Barros	1968	Desativada
Jalles Machado	1980	Em funcionamento
Usina Goianésia	1989	Em funcionamento
Codora Álcool e Energia Ltda.	2010	Em implantação

Fonte: SEPIN, 2011; MAPA, 2011.

A Tabela 3 evidencia as usinas aprovadas pelos benefícios e o total em R\$ que cada uma recebeu.

Tabela 3 - Usinas aprovadas pelo Fomentar/Produzir na Microrregião de Ceres – Goiás.

Empreendimento	Município	Programa	Investimento Fixo (R\$)
Jalles Machado	Goianésia	Fomentar	66.358.023,00
Goianésia	Goianésia	Fomentar	59.320.019,00
Vale Verde	Itapaci	Fomentar	48.068.941,00
CRV Industrial	Carmo do Rio Verde	Produzir	27.910.274,00
Vale Verde	Itapuranga	Produzir	33.724.863,00
Cooper Rubi	Rubiataba	Produzir	6.055.972,00

Fonte: Ferreira (2010).

Contudo, esses complexos empreendimentos trazem uma série de impactos negativos, como a sazonalidade na geração de empregos, devido ao período da entressafra; a precarização do trabalho, sobretudo, relacionado ao corte e colheita manual da cana, ainda verificado como maioria nas usinas da microrregião Ceres; ao sistema de arrendamentos de terras, que muitas vezes “força” o proprietário a arrendar suas terras para as usinas (FERREIRA, 2010, p. 8).

Lembrando que os problemas relacionados a terra são históricos, e aguardam soluções por parte do Governo.

Destarte os aspectos negativos apresentados há de considerar os aspectos positivos que o setor sucrialcooleiro proporciona.

Todavia, estudos anteriores cuja análise foi baseada nos dados monitorados via satélite pelo projeto Canasat (2011) afirmam que foi a partir de 2005 que a expansão

arrefeceu, o que por sua vez configura discrepância nos dados.

No entanto, no que concerne a estrutura do PIB do município pode ser observado que prepondera o setor de serviços com participação acima de 50%, seguido pelo setor industrial. A produção anual das indústrias de açúcar e álcool gira em torno de 221.800 toneladas de açúcar e 76 milhões de litros de álcool, 30% e 10% da produção do Estado. Portanto, considera-se que, há crescimento econômico decorrente do aumento da produção da cana e da cadeia produtiva do setor sucrialcooleiro. Ficando claro que, o setor sucrialcooleiro tem proporcionado notável crescimento econômico. O Quadro 03 mostra a evolução do PIB entre os anos de 1999 a 2006:

Tabela 4 - Evolução do plantio de cana-de-açúcar no município de Goianésia nos anos de 1987, 1990, 1997 e 2000-2010.

Cana-de-açúcar/Ano	1987	1990	1997	2000	2001	2002	2003
Área (ha)	8.350	12.000	14.500	13.000	14.200	15.000	15.000
Prod. (t)	668.000	1.020.000	1.044.000	1.040.000	1.136.000	1.200.000	1.200.000

Cana-de-açúcar/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Área (ha)	16.650	18.000	12.000	13.240	13.500	13.000	13.500
Prod. (t)	1.415.250	1.620.000	1.020.000	1.125.400	1.147.500	1.105.000	1.161.000

Fonte: SEPLAN com base no IBGE, 2011.

Com base nos dados a expansão canavieira em Goianésia não fica de todo evidente, em vista da queda em área produzida de 2005 a 2006, por meio da qual se constata retração em 33% (SEPLAN, 2011).

Tabela 5 - Área disponível para colheita, em reforma e cultivada com cana-de-açúcar por classe em Goianésia de 2005 a 2010, através do Projeto Canasat – mapeamento da cana via imagens de satélite.

Ano	Soca (a)	Disponível para colheita (ha)			Total (a+b+c)	Em reforma (ha)	Total Cultivado (ha)
		Reformada (b)	Expansão (c)				
2005	12.713	0	1.451	14.164	2.838	17.002	
2006	13.144	2.627	182	15.953	895	16.848	
2007	14.636	887	341	15.864	1.222	17.086	
2008	14.985	1.193	678	16.856	665	17.521	
2009	15.357	565	823	16.745	1.422	18.167	
2010	15.481	1.248	466	17.195	1.271	18.466	

Fonte: INPE, 2011.

Disponível em www.dsr.inpe.br/laf/canasat/mapa.html

Quadro 1 – Evolução do PIB, PIB *per capita* e % de participação dos setores econômicos na composição do PIB total de Goianésia no *Ranking* estadual período de 1999 a 2006 – R\$.

ANO	1999	%	R. Est	2002	%	R. Est	2003	%	R. Est	2004	%	R. Est	2005	%	R. Est	2006	%	R. Est
PIB Total	132.791	100	20	258.435	100	23	289.696	100	22	302.447	100	23	441.319	100	17	506.841	100	16
PIB per capita	2.715			5.090			5.635			5.811			8.377			9.506		
Agropecuária	20.307	15		36.134	14	37	47.902	17	35	56.943	19	28	63.890	14	21	48.060	9	27
Indústria	37.414	28		69.501	27	18	59.923	21	25	63.480	21	27	102.169	23	20	128.062	25	20
Serviços	64.629	49		127.292	49	19	141.585	49	20	154.563	51	22	226.992	51	16	260.507	51	15
Adm. Pública	10.441	8		40.509	16	18	45.428	16	18	51.141	17	18	54.415	12	19	63.707	13	18

Fonte: Secretária de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN), 2008.

Segundo os dados da Seplan/GO (2007), o município possui 92 estabelecimentos industriais: duas indústrias do setor sucroalcooleiro em funcionamento e uma em fase de implantação, um frigorífico, dois laticínios, havendo cerca de quarenta marcenarias, na maioria informal, cuja produção atende principalmente o mercado de Brasília. Além disso, conta com 636 estabelecimentos comerciais e 52 unidades de ensino, sendo três universidades e uma faculdade: a Universidade Estadual de Goiás (UEG), a Universidade Federal de Goiás (UFG)

com o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), a Universidade do Tocantins (UNITINS) e a Faculdade Evangelica de Goianésia (FACEG).

Em Goianésia, há intenso cultivo de grãos, especialmente soja, milho, plantio irrigado de tomate e extração do látex da seringueira. Segundo o IBGE (2008), a área plantada de soja em 2005 foi de 2.345 hectares, com retração 2006 devido à queda nos preços da leguminosa no mercado internacional e à valorização da cana-de-açúcar. A produção agrícola do município referente à 2009 segundo o IBGE (2010) foi a seguinte:

Tabela 6 - Produção agrícola de Goianésia (descrição, valor e unidade) - 2009.

Descrição	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Rendimento Médio (kg/ha)
Arroz (em casca)	600	324.000	400	400	1.500
Cana-de-açúcar	1.105.000	30.940.000	13.000	13.000	85.000
Milho (em grão)	11.250	2.813.000	2.500	2.500	4.500
Soja (em grão)	8.680	5.382.000	2.800	2.800	3.100

Fonte: IBGE, 2010.

Disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1

Em estudo desenvolvido por Rodrigues (2009) foi apresentado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Goianésia do ano de 2000 que era de 0,743, sendo inferior ao do Brasil (0,766) e ao Estado de Goiás (0,776). Esse índice é importante, pois faz parte da subdivisão cujo total responde pelo IDH de Goianésia, por meio do índice de longevidade (0,722), educação (0,848) e renda (0,659); já ficando explícito que a baixa renda da população era o ponto fraco do município, o que por sua vez evidenciava que a renda e a

riqueza ainda estavam concentradas nas mãos de poucos, embora o crescimento econômico do município estivesse em ascensão, como pode ser observado pelo PIB, de 1999 a 2006, anteriormente, demonstrado.

De acordo com Olanda (2008) o município de Goianésia pode ser classificado como um pólo microrregional, vez que a utilização desse termo "Pólos Microrregionais" se refere àquelas cidades pequenas, independentemente do quantitativo da população, que dentre as suas funções, oferecem bens e serviços para seus habitantes

e para outras cidades pequenas. Desse modo, ainda que Goianésia não contenha população superior a 100.000 habitantes², irrefutavelmente possui uma eficiente articulação com os demais municípios da Microrregião de Ceres, bem como da Mesorregião do Centro Goiano, desempenhando verdadeiramente, papel de pólo, dessa feita, atraindo população e investimentos.

Tabela 7 - Evolução populacional de Goianésia de 2000 à 2010. P. 29

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Habitantes	49.160	49.724	50.344	50.893	52.046	52.684	53.317	53.806	56.169	56.839	59.545

Fonte: IBGE, 2010.

Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>

Um dos pontos positivos da expansão do cultivo da cana-de-açúcar foi demonstrado em um estudo³ acerca dos oito motores do desenvolvimento sustentável que estão revolucionando o Brasil longe dos grandes centros, entre eles, encontra-se a usina Jalles Machado que responde por 60% do PIB e 70% da arrecadação do município de Goianésia, que dobrou de tamanho na década anterior.

Segundo informações da UNICA (2007, p. 37), Goianésia se tornou “a quarta maior geradora de empregos de Goiás, possibilitando a instalação de uma malharia, de uma mina de níquel e de um frigorífico. Toda a população tem acesso à água tratada e o percentual da cidade atendido pela rede de esgoto saltou de 29% para 75%”.

Tabela 8 - Geração de empregos durante a safra e a entressafra das usinas no município de Goianésia (GO) em 2009.

Usina/ Destilaria	Safra				Entressafra			
	Adm.	Indust.	Agríc.	Total	Adm.	Indust.	Agríc.	Total
Goianésia - GO								
Usina Goianésia	120	390	850	1.360	110	270	300	680
Jalles Machado	359	380	1.931	2.670	262	319	1.351	1.986
Total⁹	479	770	2.781	4.030	372	589	1.651	2.666

Fonte: Ferreira, 2010, adaptado pelo autor em 2011.

Contudo, a participação dos setores econômicos que compõem o PIB do município a partir de 2005 pode ser observado um

decréscimo no porcentual da atividade agropecuária, uma vez que, representava 15% do PIB Total em 1999, e no ano de 2006, caiu

para 9%. Revelando a oscilação tão presente na produção sucroalcooleira.

De acordo com dados junto a Prefeitura de Goianésia a Arrecadação

Municipal entre os anos de 2000 a 2012 o Quadro 2 apresentaram os seguintes números:

Arrecadação municipal de Goianésia nos anos 2000 a 2012 (R\$ 1000).

Arrecadação Municipal	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Valor R\$1000	731	1.919	3.041	3.149	3.400	4.018	6.100	7.235	7.574	8.546	12.231	12.224	9.459

Dados Secretária de Administração e Finanças.

Como é possível observar o aumento é crescente até 2010, podendo ser destacado um leve declínio em 2011, já em 2012 destaca-se bastante acentuado. A receita local segundo planilha da secretaria de Administração e Finanças denominado Quadro segue o mesmo

crescente aumento até o ano de 2010, seguido de baixa em 2012, embora, não se tenha obtido o número total de 2012 em virtude de que até o momento da coleta de dados não havia o fechamento do total.

RECEITA LOCAL

Ano	Valor (R\$)	Ano	Valor (R\$)
2000	730.554,37	2001	1.919.009,97
2002	3.040.778,82	2003	3.149.532,39
2004	3.399.974,66	2005	4.018.439,44
2006	6.100.461,37	2007	7.234.675,16
2008	7.574.258,52	2009	8.546.493,25
2010	12.270.743,24	2011	12.223.790,64
2012	9.459.327,87	2012*	-

Dados Secretária de Administração e Finanças (* dados de 2012 até dia 14/12/12).

Algumas empresas impulsionaram o desenvolvimento local como a Goianésia Álcool e a Jalles Machado S.A, que atua desde 1970 e emprega em média 2.600 funcionários na época da safra e 1.750 na entressafra. Abaixo temos um levantamento do número de

empregados das indústrias açucareiras de Goianésia de 2000 a 2012. Por meio da qual se verifica um aumento do número de empregados no ano de 2000 para 2012 de 39,6%.

São dados aproximados no período de safra. Obtidos no departamento de recursos humanos da Usina Goianésia e da Usina Jalles Machado e Codora, o Quadro 3 o demonstra:

Quadro 3 – Número de empregados da Usina Goianésia, Jalles Machado e Codora entre os anos de 2000 a 2012:

Empresas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Usina Goianésia	898	989	1002	1025	1194	2138	2145	2158	2188	2232	2505	2685	2940
Usina Jalles e Codora	2108	2027	2042	2097	2375	2478	2714	2637	2890	2793	3671	4236	4336
Total	3006	3016	3044	3067	3569	4616	4859	4795	5078	5025	6176	6921	7276

Fonte: Recursos Humanos da Unisa Goianpesia/Jalles Machado e Codora

Santos (2008) observa sob o ponto de vista econômico, a cultura da cana-de-açúcar é de extrema relevância para o município de Goianésia- GO, sendo que, ao longo da história, a cultura da cana se firmou como predominante no município e em toda região. Além da Usina Goianésia e da Jalles Machado S/A, encontra-se em andamento a instalação de mais uma usina no município, visando a colocação de Goianésia como a maior produtora de açúcar e álcool do Estado de Goiás.

Alves (2007), acerca do setor sucroalcooleiro em Goiás concluiu que a Usina Jalles Machado possui uma liderança e uma preocupação com a responsabilidade empresarial, tanto na questão social como ambiental. Fato confirmado com a criação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que norteia a Jalles a criar procedimentos e atitudes que permite reduzir os impactos ambientais das atividades industriais, tais como:

laboratório biológico, manejo integrado de pragas, cana orgânica, colheita mecanizada em 50% da área, co-geração de energia e crédito de carbono.

Sob o aspecto de Gestão Ambiental, o sistema inclui estrutura organizacional, atividades de planejamento, direção, controle, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos, alocação de recurso e outras realizadas com objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer no aspecto de redução ou eliminação dos efeitos causados pelas ações humanas (TINOCO e KRAEMER, 2004, p.54).

Todavia ficou claro nos diversos estudos, que a expansão da cana na Microrregião de Ceres ocorre principalmente em área e não em melhorias nas técnicas ligadas a esse setor, ou seja, pela produtividade. Outro aspecto evidenciado é que grande parte da colheita da cana ainda acontece sob forma manual. Alguns defendem

que isso decorre do fato que às características geoambientais da região, mais precisamente os declives, que são em grandes áreas, superiores a 12%, o que inviabiliza a colheita por meio de máquinas.

Contudo, a colheita mecanizada é a tendência próxima, frente ao Decreto nº. 2.661/1998 que prevê o fim da queima definitiva da cana-de-açúcar no ano de 2018.

Considerações Finais

Diante dos dados foi possível evidenciar que a expansão não somente se limita à Goianésia, como também tenha se tornado pólo econômico para a região adjacente. E desse modo se constitui a base da atividade industrial de processamento da cana, por meio de três usinas, e também o cultivo em larga escala dessa cultura se desenvolve em municípios vizinhos.

Considerando os aspectos decorrentes da expansão e fundamentalmente, as contribuições sócioeconômicas do setor, é possível relacioná-las como significativas para o desenvolvimento do município. Uma vez que, em escala maior a atividade representa uma das principais no âmbito agrícola e econômico, gerando empregos e impostos à comunidade local. Portanto, a expansão advinda do agronegócio indicou significativo aumento no número de trabalhadores rurais, muitos dos quais são oriundos de diversas regiões do país.

No entanto, nota-se falta de infraestrutura nos centros urbanos para esses trabalhadores no período de entressafra.

Destaca-se que os impactos sociais e ambientais sejam influenciados pela escassa acessibilidade à educação de qualidade, uma vez que sem esse acesso, obter o desenvolvimento denominado como sustentável, torna-se inviável. Pois um modelo de desenvolvimento ajustado pelo crescimento econômico como única mola, que possibilitará melhor distribuição das riquezas produzidas.

Referências

CARRIJO, Ed Licys de Oliveira. **A expansão da fronteira agrícola no estado de Goiás: setor sucroalcooleiro**. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás, 2008.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Cana-de-açúcar, Safra 2005/2006 – terceiro levantamento, dezembro/2005. Brasília: Conab, 2005. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3_levantamento0506_dez2005.pdf. Acesso em 12/abril/2014.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Cana-de-açúcar, Safra 2006/2007 – terceiro levantamento, novembro/2006. Brasília: Conab, 2006. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3_levantamento0607_dez2006.pdf. Acesso em: 12/abril/2014.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento de Safra Brasileira Cana-de-Açúcar, Safra 2007/2008,

terceiro levantamento, novembro/2007. Brasília: Conab, 2007. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3_levantamento0708_nov2007.pdf. Acesso em 12/abril/2014.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, Safra 2009/2010, terceiro levantamento, 18 dezembro/2009. Brasília: Conab, 2009. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3_levantamento2009_dez2009.pdf. Acesso em: 12/abril/2014.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, Safra 2010/2011, primeiro levantamento, abril – Brasília: Conab, 2010. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/1_levantamento2010_abr2010.pdf. Acesso em 12/abril/2014.

FERREIRA, Lara Cristine Gomes. **A evolução do setor sucroalcooleiro na microrregião Ceres (GO): dinâmica espacial e impactos sócio-econômicos**. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Monografia Mestrado. UFG. 2010.
FONSECA, Valter Machado da; BRAGA, Sandra Rodrigues. **Para além da geopolítica do etanol – novos discursos e velhas práticas do setor canavieiro**. Revista Pegada, Presidente Prudente, SP, vol. 9, n. 1, p. 81-102, out. 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA%209%201/05-9-1WalterSandra.pdf>. Acesso em 12/abril/2014.

GOIAS. Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás. Fomentar. Apresentação, 2008. Disponível em: http://www.sic.goias.gov.br/index.php?&page=apr_fomentar&js_mnu=terceiro. Acesso em 12/abril/2014.

GRADILONE, Cláudio. **Os oito motores do desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Abril, n. 2070, ano 41, n. 29, jul. 2008, 182 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Dados 2005 a 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 12/abril/2014.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. Canasat. Disponível em: www.dsr.inpe.br/laf/canasat/mapa.htm. Acesso em 12/abril/2014.

RODRIGUES, Sandra de Paula. **Os desafios para o desenvolvimento sustentável do município de Goianésia – Goiás**. Dissertação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. Centro Universitário de Anápolis – Unievangélica: Anápolis-GO, 2009.

SOUZA, Cleonice Borges de, MIZIARA, Fausto. **Políticas de Financiamento à Expansão do Setor Sucroalcooleiro em Goiás Versus Políticas Ambientais**. VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Dados 2009**. Disponível em www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/vegetal/culturas/cana-de-acucar. Acesso em: 13/abril/2014.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar: expandir a produção, preservar a vida e garantir o futuro**, 2009. Disponível em: www.cnps.embrapa.br/zoneamento_cana_de_acucar. Acesso em: 13/abril/2014.

OLANDA, E. R. **As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela Geografia**. Ateliê Geográfico (Revista Eletrônica). Goiânia: IESA/UFG, v. 2, n. 4, 2008, p. 183-191.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA. **Linha do tempo e principais acontecimentos históricos de Goianésia de 1857 à década atual.** Disponível em www.goianesia.go.gov.br/portal/principal.asp?id=1. Acesso em 16 jun 2011.

SANTOS, José Vicente Tavares dos Santos. **Violências e dilemas do controle social nas sociedades da modernidade tardia.** São Paulo em Perspectiva, 18 (1): 3-12, 2008.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DE GOIÁS – SIC. **Dados 2008.** Disponível em: www.sic.goias.gov.br. Acesso em: 13/abril/2014.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS - SEPLAN. Disponível em: www.seplan.go.gov.br/sep/sep/pub/goiascn/2010/03-tab03.htm. Acesso em 13/abril/2014.

SILVA, Adriana Aparecida; MIZIARA, Fausto. **A expansão da fronteira agrícola em Goiás e a localização das usinas de cana-de-açúcar.** Revista Sociedade & Natureza, março de 2010. Em avaliação.

SILVA, M. A. de M. S.; MARTINS, R. C. **Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio.** Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p. 91-106, set. 2002.

SILVA, W. F. *et al.* **Análise da expansão da área cultivada com cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil: safras 2005/2006 a 2008/2009.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14. (SBSR), 2009, Natal. Anais... São José dos Campos: INPE, 2009. p. 467-474. DVD, On-line. ISBN 978-85-17-00044-7. (INPE-16028-PRE/10637).

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DE ÁLCOOL DO ESTADO DE GOIÁS – SIFAEG. Disponível em: www.sifaeg.com.br/index.htm. Acesso em: 13/abril/2014.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo, SP: Atlas, 2004. 304 p.